



JUSTIÇA  
FEDERAL  
**TRF2**

## Plano Anual de Auditoria

Exercício 2018

Secretaria de  
Controle Interno

Justiça Federal  
Conselho da Justiça Federal  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região



Assinado digitalmente por ALFREDO ALVES BASTOS.  
Documento Nº: 2033971.19629800-4432 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201707035A

**PLANO ANUAL DE AUDITORIA DE 2018 – PAA 2018**  
**DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**1. INTRODUÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no art.9º, §1º, inciso II da Resolução CNJ nº 171/2013, foi elaborado o presente Plano Anual de Auditoria de 2018 – PAA 2018.

O Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário, neste inserido o Sistema de Controle Interno da Justiça Federal e, por conseguinte, os órgãos de controle interno da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, tem por missão constitucional, definida no art. 70 da Constituição Federal/88, o exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades gestoras que a compõem, quanto à análise dos aspectos relacionados à legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia da gestão administrativa.

Acrescenta, ainda, o art.74, da Constituição Federal/88, que o Sistema de Controle Interno tem a finalidade de:

*“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:*

*I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;*

*II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;*

*III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;*

*IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.”*

*(grifo nosso)*

Os órgãos de controle interno, para dar cumprimento a esses dispositivos constitucionais, empregam, basicamente, as seguintes práticas: realização de auditorias, fiscalizações, inspeções, análises preventivas e corretivas de processos administrativos e ações de orientação aos gestores, todas essas sustentadas, ainda, por medidas que proporcionem a capacitação permanente dos servidores que desempenham as funções de auditoria.

---



O PAA 2018 contempla as auditorias específicas planejadas por cada órgão de controle interno da 2ª Região, as quais terão como foco as respectivas unidades gestoras.

Prevê, ainda, auditorias conjuntas e coordenadas, a serem realizadas sob a coordenação do Conselho da Justiça Federal - CJF e Conselho Nacional de Justiça - CNJ, respectivamente.

O Plano Anual de Auditoria de 2018 (PAA 2018) está detalhado no **Anexo**, onde consta a descrição das ações, os objetivos das auditorias, as áreas auditadas, o cronograma e o quantitativo de servidores que comporão as equipes de auditoria.

## **2. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA**

A definição das ações de auditoria incluídas no PAA 2018, levou em consideração a materialidade dos recursos envolvidos, a relevância da matéria e os riscos inerentes aos pontos de controle, bem como os seguintes aspectos:

- as exigências da legislação aplicável;
- os objetivos do Plano Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região;
- as diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça e Conselho da Justiça Federal, no que concerne à atuação das unidades de controle interno e à realização de auditorias coordenadas e conjuntas, respectivamente;
- as orientações do Tribunal de Contas da União, no que concerne à Prestação de Contas Anual e sua jurisprudência recente;
- as demandas apresentadas pela administração e auditados em consulta preliminar;
- a experiência adquirida com o acompanhamento dos atos praticados nos processos administrativos;
- os resultados dos trabalhos de Acompanhamento da Gestão, bem como dos últimos trabalhos de Auditoria realizados; e
- o quantitativo dos servidores lotados nos órgãos de controle interno da 2ª Região, bem como a previsão de redução do quadro de pessoal desta Secretaria, em função de aposentadorias previstas até 2021.



### **3. RESTRIÇÕES AO CUMPRIMENTO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAA 2018) E DO PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO (2018-2021):**

#### **3.1. CARÊNCIA DE PESSOAL COM CONHECIMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO**

A ausência, nas três unidades de controle interno da 2ª Região, de profissionais com conhecimento em Tecnologia da Informação prejudica a qualidade técnica e o resultado alcançado nas auditorias de TI.

De igual modo, a inexistência de servidores com formação em Engenharia lotados nas seccionais de controle interno (SCO/SJRJ e NCI/SJES) compromete os trabalhos daquelas equipes, nessa área.

Esse cenário tem impacto na qualidade dos trabalhos, haja vista que as análises são desempenhadas por servidores que não detêm a mesma capacidade técnica daqueles que executam as atividades específicas, no âmbito da Administração.

Neste ponto, cabe transcrever a recomendação inserta no subitem 9.40.1, do já citado Acórdão nº 821/2014-TCU-Plenário:

*“9.40.1. promova estudos com vistas a estabelecer em normativo específico a obrigação por parte das suas subunidades organizacionais em prestarem apoio técnico à realização de trabalhos de fiscalização pela sua UCI (itens 81-91);”*

Registre-se ainda, a determinação dirigida às unidades de controle interno do Poder Judiciário, no supracitado Parecer nº 02/2013-SCI/Presi/CNJ:

*“ I - e) solicite à Administração Superior, no prazo de 60 dias, a realização de levantamento de dados de servidores do tribunal ou conselho que tenham formação multidisciplinar, em especial contabilidade, administração, economia, direito, tecnologia da informação, engenharia civil entre outros e que manifestem interesse em atuar temporariamente na realização de exames de auditoria, considerando indispensável que o servidor seja capacitado nas técnicas de auditoria previstas na Resolução CNJ nº 171/2013.” (grifamos)*

Acrescente-se a isso, os cortes realizados nas verbas destinadas à capacitação dos servidores, que por exigências legais e determinações de órgãos de controle são obrigados a realizar auditorias em temas para os quais não foram capacitados.



#### 4. CONCLUSÃO

Ante o exposto, apresento o **Plano Anual de Auditoria - PAA 2018, sintetizado no Anexo**, para apreciação e aprovação pelo Exmo. Sr. Presidente deste Tribunal e posterior divulgação, no âmbito da Administração deste Tribunal e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e publicação, até o final do corrente exercício, na página da internet das referidas unidades gestoras, nos termos da alínea “c” do item I do Parecer nº 02/2013 – SCI/Presi/CNJ.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2017.

Alfredo Alves Bastos  
Secretaria de Controle Interno  
Diretor



## ANEXO

### PLANO ANUAL DE AUDITORIA DE 2018 - PAA 2018

### ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO DA 2ª REGIÃO

#### 1 - Unidade Responsável: Secretaria de Controle Interno do TRF 2ª Região – SCI/TRF2

Nº DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	OBJETIVOS	ÁREA AUDITADA	CRONOGRAMA (meses)	EQUIPE DE AUDITORIA
1.1	Auditoria de Conformidade: Contratos de Obras.	Verificar a regularidade da execução contratual da reforma do 15º andar.	Gestão de Obras e Serviços de Engenharia	março e abril	02 servidores
1.2	Auditoria de Gestão: Elaboração do Relatório de Auditoria, do Certificado de Auditoria e do Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno, peças do Processo de Contas Anual da 2ª Região a ser encaminhado ao TCU para julgamento.	Avaliar a gestão administrativa da Justiça Federal da 2ª Região para elaboração das peças de responsabilidade do Órgão de Controle Interno, que comporão o Processo de Contas do exercício financeiro de 2017, de acordo com os conteúdos exigidos em Decisão Normativa do TCU, na Ata da Reunião da SECEX-RJ-TCU e nas orientações do Sistema e-Contas.	Gestão Administrativa	abril a junho	09 servidores: (02 DIAUF; 02 DIAUP; 01 SEALID; 01 SEAETI; 01 SESAUP; 01 SEASCI; 01 SCI)
1.3	Auditoria de Conformidade: Concessão do Adicional de Qualificação por Graduação e Pós-Graduação	Verificar a regularidade das rotinas que envolvem a concessão do adicional de qualificação por ações de graduação e pós-graduação e avaliar os controles internos existentes na atividade.	Gestão de Pessoas	Junho e Julho	02 servidores
1.4	Auditoria de Conformidade: Processos que envolvam locação de mão-de-obra, especialmente,	Avaliar os controles criados pela Administração, para regulamentação dos respectivos processos de trabalho, em	Gestão de Compras e Contratos	Agosto a Outubro	02 servidores



	daqueles que passaram a incluir fornecimento de material.	virtude das orientações do Acórdão TCU 3030/2015.			
1.5	Auditoria de conformidade: Retenções Fiscais e Previdenciárias e pagamento de despesas referentes às contratações continuadas - processos EOF.	Verificar a regularidade das despesas com contratações continuadas, incluindo os aspectos contábeis e orçamentários.	Gestão Contábil e Orçamentária	Agosto a Outubro	02 servidores
1.6	Auditoria de Conformidade: Concessão de Serviço Extraordinário	Verificar a regularidade das rotinas que envolvem a concessão do serviço extraordinário e avaliar os controles internos existentes na atividade.	Gestão de Pessoas	Setembro e Outubro	02 servidores
1.7	Monitoramento dos Achados e Recomendações do OCI/DIAUF (Auditoria Interna 2014)	Verificar o cumprimento dos achados de auditoria e recomendações do OCI.	Gestão de Material e Patrimônio	Maior a julho	01 servidor
1.8	Monitoramento dos Achados e Recomendações do OCI/DIAUF (Auditoria Interna 2014)	Verificar o cumprimento dos achados de auditoria e recomendações do OCI.	Gestão de Compras e Contratos	Maior a julho	01 servidor
1.9	Monitoramento da Auditoria das Informações Contábeis – PCASP 2015	Verificar o cumprimento dos achados de auditoria e recomendações do OCI.	Gestão Contábil e Orçamentária	Maior a julho	01 servidor
1.10	Monitoramento da Auditoria dos Registros Contábeis – 2016	Verificar o cumprimento dos achados de auditoria e recomendações do OCI.	Gestão Contábil e Orçamentária	Maior a julho	01 servidor
1.11	Monitoramento dos Achados e Recomendações do OCI/SEALID (Auditoria Interna 2014)	Verificar o cumprimento dos achados de auditoria e recomendações do OCI.	Gestão de Compras e Contratos	Novembro	01 servidor



**2 - Unidade Responsável: Subsecretaria de Controle Interno da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – SCO/SJRJ**

<b>Nº DA AÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO DA AÇÃO</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>ÁREA AUDITADA</b>	<b>CRONOGRAMA (meses)</b>	<b>EQUIPE DE AUDITORIA</b>
2.1	Auditoria de Conformidade: Adicional de Qualificação por Graduação em Nível Superior e Adicional de Qualificação por Especialização	Verificar a conformidade dos procedimentos de concessão e apuração dos valores devidos referentes ao AQ-Graduação e ao AQ-Especialização.	Gestão de Pessoas	Março a Abril	03 servidores
2.2	Auditoria de Conformidade: Concessionárias de serviços públicos- aspectos contábeis e orçamentários	Verificar a conformidade das despesas com concessionárias de serviços públicos, abordando os aspectos contábeis e orçamentários.	Gestão Contábil e Orçamentária	Março a Maio	03 servidores
2.3	Auditoria de Conformidade: Planejamento das contratações com alocação de mão de obra.	Verificar a conformidade dos orçamentos nos contratos de mão de obra.	Gestão de Compras e Contratos	Abril a Junho	03 servidores
2.4	Auditoria de Conformidade: Auxílio-Transporte	Verificar a conformidade dos procedimentos de concessão e apuração dos valores devidos referentes ao Auxílio-Transporte.	Gestão de Pessoas	Agosto a Setembro	03 servidores
2.5	Auditoria Operacional: Desfazimento de bens	Avaliar os procedimentos relacionados ao desfazimento de bens materiais.	Gestão de Patrimônio	Setembro a Outubro	03 servidores
2.6	Monitoramento da Auditoria de Orçamentos de obras e serviços de engenharia.	Verificar o atendimento dos achados e recomendações da OCI.	Gestão de Obras e Serviços de Engenharia	Outubro a Novembro	03 servidores



**3 - Unidade Responsável: Núcleo de Controle Interno da Seção Judiciária do Espírito Santo – NCI/SJES**

Nº DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	OBJETIVOS	ÁREA AUDITADA	CRONOGRAMA (meses)	EQUIPE DE AUDITORIA
3.1	Auditoria Operacional: Contratação de Serviços Terceirizados	Avaliar os instrumentos de controle estabelecidos no processo de contratações de serviços terceirizados com fornecimento de materiais, equipamentos e utensílios.	Gestão de Compras e Contratos	Março a Maio	02 servidores
3.2	Auditoria de Conformidade: Adicional de Qualificação por Graduação em Nível Superior e Adicional de Qualificação por Especialização	Verificar a conformidade dos procedimentos de concessão e apuração dos valores devidos referentes ao AQ-Graduação e ao AQ-Especialização	Gestão de Pessoas	Julho e Agosto	01 servidor
3.3	Monitoramento da Auditoria de Avaliação de Controles Internos Administrativos.	Verificar o cumprimento dos achados de auditoria e recomendações do OCI.	Gestão Administrativa	Julho e Agosto	03 servidores
3.4	Monitoramento da Auditoria de Despesas com Informática, incluindo aspectos orçamentários.	Verificar o cumprimento dos achados de auditoria e recomendações do OCI.	Gestão Contábil e Orçamentária	Setembro a outubro	01 servidor

**4 - Unidades Responsáveis: SCI/TRF2, SCO/SJRJ e NCI/SJES - Auditorias Integradas**

Nº DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	OBJETIVOS	ÁREA AUDITADA	CRONOGRAMA (meses)	EQUIPE DE AUDITORIA
4.1	Monitoramento da Auditoria de Repactuação, Reajuste, Revisão e Retenções Trabalhistas nos contratos de prestação de serviços, com e sem alocação de mão de obra. (Auditoria Integrada de 2016)	Verificar o cumprimento dos achados de auditoria e recomendações do OCI.	Gestão de Compras e Contratos	Novembro	TRF: 01 servidor SJRJ: 01 servidor SJES: 02 servidores



**5 - Unidade Responsável: SCI/TRF2 - Ações Conjuntas e Coordenadas de Auditorias – CJF e CNJ**

Nº DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	OBJETIVOS	ÁREA AUDITADA	CRONOGRAMA (meses)	EQUIPE DE AUDITORIA
5.1	Ação Coordenada de Auditoria na área de Tecnologia da Informação, a ser definida pela SCI/CNJ.	Avaliar os conteúdos estabelecidos para a governança, gestão, risco e controles de TI e TIC.	Gestão da Tecnologia da Informação	Mai e Junho	A definir
5.2	Ação Conjunta: Tema a ser definido pelo CTCI/CJF.	A ser definido pelo CTCI/CJF.	Gestão de Pessoas	Agosto e Setembro	A definir
5.3	Monitoramento da Auditoria Especial do CJF realizada no Pagamento de Passivos Administrativos Relativos a Despesas com Pessoal	Verificar o atendimento das recomendações do OCI.	Gestão de Pessoas	Janeiro a Abril	TRF: 04 servidores SJES: 02 servidores SJRJ: 03 servidores
5.4	Monitoramento da Inspeção Administrativa do CJF realizada no período de 11 à 15 de abril/2016	Verificar o atendimento das recomendações do OCI/CJF.	Gestão de Pessoas	Julho e Agosto	02 servidores
5.5	Monitoramento da Inspeção Administrativa do CJF realizada no período de 11 à 15 de abril/2016	Verificar o atendimento dos Achados n.ºs 12, 13, 14 e 16.	Gestão da Tecnologia da Informação	agosto a outubro	02 servidores
5.6	Monitoramento da Inspeção Administrativa do CJF realizada no período de 11 à 15 de abril/2016	Verificar o atendimento dos Achados n.ºs 22, 23, 24 e 25.	Gestão de Obras e Serviços de Engenharia	agosto a outubro	02 servidores
5.7	Monitoramento da Ação Conjunta do CJF 2015 – Sustentabilidade.	Verificar o atendimento das recomendações do OCI e do CJF.	Gestão de Compras e Contratos	Novembro	02 servidores

